

## AS CRIANÇAS E A MESA DO SENHOR

*Alan Rennê Alexandrino Lima\**

### RESUMO

Existem muitas dúvidas a respeito do lugar ocupado pelos filhos dos crentes na igreja de Cristo. Eles são membros da igreja? Se o são, devem ser admitidos aos sacramentos da igreja? Por qual razão, na maioria das igrejas de teologia e prática pedobatista, as crianças, filhas de pais crentes, não são admitidas ao sacramento da Ceia do Senhor? O autor se propõe a examinar a questão da pedocomunhão na história da igreja, na tradição reformada e nas Escrituras Sagradas, com o objetivo de argumentar contra a participação das crianças no sacramento da comunhão. No entanto, ele inicia com uma breve apresentação de uma corrente teológica característica do presbiterianismo norte-americano, a Visão Federal, cujos efeitos já começam a se fazer sentir em solo brasileiro.

### PALAVRAS-CHAVE

Pedocomunhão; Pedobatismo; Visão Federal; Pacto; Páscoa; História da Igreja; Ceia do Senhor; Batismo.

### INTRODUÇÃO

Este artigo discutirá a doutrina da pedocomunhão, que pode ser definida como a admissão de uma criança à Ceia do Senhor com base em sua membresia na comunidade da aliança. Trata-se de um assunto polêmico, visto que algumas

---

\* Bacharel em Teologia pelo Seminário Teológico do Nordeste (Teresina-PI) e pela Escola Superior de Teologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie; mestre em Teologia Sagrada (STM) pelo CPAJ, com área de concentração em Estudos Histórico-Teológicos e linha de pesquisa em Teologia Sistemática; doutorando em Ministério (DMin) do CPAJ/RTS. Professor visitante no Seminário Presbiteriano do Norte (Recife-PE) e no Seminário Teológico do Nordeste, e professor de Ética Cristã na Faculdade Internacional de Teologia Reformada (FITRef). Pastor-efetivo da Igreja Presbiteriana do Cruzeiro do Anil, em São Luís (MA).

denominações americanas têm se pronunciado frequentemente acerca do assunto. Entre as igrejas que têm atuado para permitir a pedocomunhão estão a Presbyterian Church – United States of America (PC-USA) e a Reformed Church in America (RCA). Além delas, a Christian Reformed Church tem discutido desde 1984 a possibilidade de permitir a comunhão infantil. Algumas denominações têm, inclusive, recusado a defensores da pedocomunhão a ordenação ao sagrado ministério, como a Presbyterian Church in America<sup>1</sup> e a Orthodox Presbyterian Church.<sup>2</sup> Ambas têm realizado estudos a respeito da pedocomunhão e têm reafirmado os padrões confessionais de Westminster.

No Brasil, algumas denominações, entre as quais a Igreja Presbiteriana Independente, admitem crianças ao sacramento eucarístico. A Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), por sua vez, fiel aos seus símbolos de fé, os Padrões de Westminster, não admite a participação infantil na Mesa do Senhor. Não obstante, é perceptível que cada vez mais o assunto exige ser discutido, visto que várias vozes têm se levantado reivindicando a comunhão infantil. As controvérsias que envolveram alguns destacados membros e ex-membros do movimento denominado Visão Federal (Federal Vision), como os conhecidos R. C. Sproul Jr. e Douglas Wilson, têm contribuído para a discussão do tema.

O objetivo do presente artigo é empreender uma análise histórico-teológica da doutrina pedocomunialista. Para tanto, torna-se necessária uma apresentação, ainda que perfunctória, da Visão Federal e de sua defesa da pedocomunhão, entendendo que a mesma não pode ser reduzida ao assunto em questão. Também é preciso compreender que nem todos os advogados da pedocomunhão são membros da Visão Federal. Justifica-se a discussão da Visão Federal pelo ímpeto com que alguns de seus adeptos têm defendido a pedocomunhão. Em seguida, serão apresentados os quatro principais argumentos utilizados por seus defensores de uma forma geral. Por fim, esses argumentos serão submetidos à análise histórico-teológica. Tal abordagem terá por objetivo contribuir com o debate.

## 1. A VISÃO FEDERAL

### 1.1 Definição

Nos últimos dez anos ou mais, comunidades reformadas, primeiramente nos Estados Unidos e de forma mais recente e profunda na Europa, têm ficado desnorteadas com um movimento teológico de origem recente, mas de raízes históricas profundas. É interessante que mesmo a tentativa de dar um nome a

<sup>1</sup> O relatório da Presbyterian Church in America está disponível no *PCA Digest*: <http://www.pcahistory.org/pca/2-498.pdf>.

<sup>2</sup> O relatório da Orthodox Presbyterian Church está disponível em: <http://www.opc.org/GA/paedocommunion.html>.

esse movimento se mostra difícil, visto ser ele conhecido por várias designações, tais como: 1) Teologia da Avenida Auburn, em referência à Auburn Avenue Presbyterian Church, em Monroe, Louisiana, que hospeda conferências nas quais as ideias do movimento têm sido mais consistentemente promovidas; 2) Shepherdismo, em reconhecimento à influência de Norman Shepherd, professor de Teologia Sistemática no Westminster Theological Seminary de 1963 a 1981, que articulou e promoveu várias das principais doutrinas do movimento; 3) Monopactualismo, que repudia a distinção reformada histórica entre o Pacto das Obras e o Pacto da Graça, insistindo que existe apenas um pacto entre Deus e o homem antes e depois da Queda; 4) Neonomismo ou Neolegalismo, rótulo aplicado por alguns dos seus críticos mais severos, que entendem que a sua concepção peculiar acerca da Teologia do Pacto implica uma soteriologia sinergista, e 5) Visão Federal, nome preferido por seus proponentes, que enfatiza “a reformulação da Teologia do Pacto tradicional, dando destaque à visão em detrimento do sistema proposicional”.<sup>3</sup>

J. Ligon Duncan afirma que, “entre outras coisas, a Visão Federal acredita que a Teologia do Pacto clássica necessita de uma reforma bíblica e de uma nova implantação nas igrejas reformadas e nas vidas dos cristãos reformados”.<sup>4</sup> De acordo com E. Calvin Beisner, a Visão Federal possui contornos híbridos, afetando áreas como a soteriologia, a eclesiologia e a sacramentologia.<sup>5</sup> No que diz respeito a esta última, a Visão Federal defende um sacramentalismo modificado que se aproxima da doutrina católica do *ex opere operato*. Steve Wilkins, um dos mais proeminentes visionistas federais, chega a identificar os sacramentos como meios efetivos para converter, não apenas santificar. Ele diz:

Se alguém foi batizado, está em pacto com Deus. Pacto é união com Cristo. Então, estar no pacto traz todas as bênçãos de se estar em Cristo [...] Porque estar em pacto com Deus quer dizer estar em Cristo, aqueles que estão no pacto possuem todas as bênçãos espirituais nos lugares celestiais.<sup>6</sup>

Tal afirmação certamente inclui a salvação como sendo uma das bênçãos espirituais advindas do sacramento do batismo. Vale ressaltar que outras críticas feitas à Visão Federal incluem a da apresentação de um arminianismo modificado e a aproximação da Nova Perspectiva sobre Paulo, conforme defendida por N. T. Wright. Sobre a primeira, o entendimento é que a eleição

<sup>3</sup> WATERS, Guy Prentiss. *Federal Vision and Covenant Theology: A Comparative Analysis*. Phillipsburg, NJ: Presbyterian & Reformed, 2006. Kindle Edition.

<sup>4</sup> DUNCAN, J. Ligon. “Risking the Truth: Interviews on Handling Truth and Error in the Church”. <http://www.e-n.org.uk/4776-Risking-the-truth-interviews-on-handing-truth-and-error-in-the-church.htm>. Acesso em: 23 fev. 2012.

<sup>5</sup> WATERS, *Federal Vision and Covenant Theology*.

<sup>6</sup> Ibid.

de alguém depende, em última instância, da sua fidelidade ao pacto. Alguém pode ser justificado e, ainda assim, ser condenado devido a apostasia.<sup>7</sup> No que diz respeito à última, a concepção da Visão Federal em muito se aproxima do comentário de N. T. Wright sobre Romanos 2.13: “A justificação, no final, será por meio de desempenho, não de possessão”.<sup>8</sup> Trata-se de algo interessante porque, no dizer de Beisner, “paradoxalmente, a eficácia dos sacramentos pode ser frustrada por recipientes indignos”.<sup>9</sup>

## 1.2 A Visão Federal e a pedocomunhão

Dentro do esquema da sacramentologia da Visão Federal se destaca a ênfase na participação mais efetiva das crianças na igreja e nos sacramentos. Douglas Wilson, talvez o mais conhecido defensor da Visão Federal, afirma que uma das maiores preocupações do movimento é “articular e praticar uma visão mais consistente do lugar das crianças na comunidade da aliança e em relação às promessas de Deus”.<sup>10</sup> Duncan afirma que essa preocupação é traduzida na prática da pedocomunhão no círculo das igrejas que advogam a Visão Federal.<sup>11</sup>

Seus defensores argumentam que, uma vez que todos os crentes são admitidos ao sacramento do batismo, devem igualmente ser admitidos ao sacramento da Ceia do Senhor. Cornelis P. Venema apresenta a alegação visionista da seguinte forma:

Alguns defensores contemporâneos da pedocomunhão afirmam que *todos* os membros do pacto, sem exceção – crentes e seus filhos são recipientes da promessa pactual e do sacramento que acompanha a incorporação no pacto, o batismo – desfrutam de uma plena e salvífica união com Cristo. Embora teólogos reformados tradicionalmente tenham distinguido entre aqueles que estão “sob a administração” do pacto da graça e aqueles que verdadeiramente desfrutam da salvífica “comunhão de vida” que o pacto comunica, alguns proponentes do que algumas vezes é chamado de “Visão Federal [pactual]” rejeitam como sendo inapropriada qualquer distinção entre membros do pacto.<sup>12</sup>

Historicamente, a teologia reformada distingue entre o pacto em sua administração histórica, que inclui todos os crentes professos e seus filhos, e o pacto em sua fecundidade como uma comunhão de vida. Isso significa que a

<sup>7</sup> Ibid.

<sup>8</sup> KECK, Leander E. (Ed.). *New Interpreter's Bible: Acts-First Corinthians*. Vol. 10. Nashville: Abingdon, 2002. p. 440. N. T. Wright é o autor do comentário de Romanos dessa série.

<sup>9</sup> WATERS, *Federal Vision and Covenant Theology*.

<sup>10</sup> DUNCAN, “Risking the Truth”.

<sup>11</sup> Ibid.

<sup>12</sup> VENEMA, Cornelis P. *Children at the Lord's Table? Assessing the Case for Paedocommunion*. Grand Rapids, MI: Reformation Heritage Books, 2009, p. 139.

doutrina tradicional do pacto “permite a inclusão de pessoas não-eleitas dentro da administração pactual”.<sup>13</sup> Os pedocomunialistas da Visão Federal rejeitam, peremptoriamente, essa distinção. Eles afirmam que todos os membros do pacto possuem direito de acesso à Mesa do Senhor. De acordo com eles, todos os membros do pacto desfrutam de união salvífica com Cristo. Um dos seus principais adeptos, Rich Lusk, definiu “estar no pacto” da seguinte forma:

Por um lado, alguns identificam o pacto e a eleição de tal forma que estar no pacto e ser eleito são uma e a mesma coisa. Em outras palavras, nenhuma pessoa não-eleita jamais entrará no pacto. Não sabemos se alguém se torna membro do pacto no batismo, porque não sabemos se essa pessoa é eleita. Por essa visão, o pacto está divorciado da comunidade da igreja e dos sacramentos, que identificam e marcam a igreja. O pacto continua a ser uma realidade invisível, conhecida apenas por Deus. Obviamente, isto abre a porta para uma fé altamente introspectiva e individualista. No final das contas, minha filiação à igreja local não importa, pois o que conta é fazer parte da “igreja invisível”, conhecida apenas por Deus. No outro extremo estão aqueles que identificam o pacto com a igreja visível, mas tornam a membresia do pacto um assunto meramente externo. Juntar-se à igreja não é diferente de se juntar a um clube social [...] Contra ambas as distorções, devemos insistir que o pacto é nada menos do que a união com o Deus Triúno, nada menos que a salvação [...] Dessa forma, quando alguém está unido à igreja *pelo batismo*, ele é incorporado a Cristo e seu corpo; essa pessoa se torna osso dos ossos de Cristo e carne da sua carne. Até e a menos que a pessoa quebre o pacto, ela deve ser contada entre os eleitos de Deus e santos regenerados.<sup>14</sup>

É com base nesse fato que, segundo os visionistas federais, as crianças batizadas devem ser admitidas à mesa do Senhor. Uma vez que elas receberam o sacramento da incorporação em Cristo, e uma vez que isso significa ser salvo, então elas têm plenos direitos de tomar parte na Ceia do Senhor. Outro adepto do movimento, Peter Leithart, afirmou:

Todos os membros de Cristo são bem-vindos à mesa – que é o objetivo. O objetivo da Ceia é demolir todos os outros tipos e condições da mesa de comunhão, toda mesa de comunhão que excluiria os humildes e exaltaria os ricos e poderosos. E ao derrubar tal mesa de comunhão, o evangelho derruba todas essas ordens sociais e estabelece a ordem da própria Igreja como a verdadeira ordem social.<sup>15</sup>

<sup>13</sup> Ibid., p. 140.

<sup>14</sup> LUSK, Rich. “Covenant & Election FAQs”. Disponível em: <http://www.hornes.org/theologia/rich-lusk/covenant-election-faqs>. Acesso em: 24 fev. 2012.

<sup>15</sup> LEITHART, Peter. *Against Christianity*. Moscow, ID: Canon Press, 2003, p. 93-94.

Alhures, Leithart afirma que o que garante a incorporação de alguém como membro de Cristo é o batismo:

A real questão diante de nós é: O batismo inicia o batizado à mesa do Senhor, de maneira que todos os batizados têm o direito de comê-la? A Pedocomunhão advoga, por todas as suas diferenças, uma resposta positiva. Nada mais que o rito da água do batismo é requerido para se ter acesso à mesa do Senhor.<sup>16</sup>

Fica claro, então, que o fato de alguém ter sido batizado, seja ele adulto ou criança, é suficiente para sua admissão à mesa do Senhor. O grande questionamento, então, é de onde essa conclusão é extraída? De onde vem a compreensão de que o batismo é suficiente para admitir as crianças à Ceia do Senhor? De acordo com Guy Waters, vem da hermenêutica da Visão Federal, que compreende que, para se determinar a doutrina e prática do Novo Testamento, basta fazer um apelo direto às formas, cerimônias e práticas do Antigo Testamento.<sup>17</sup> Homens como Peter Leithart, Steve Wilkins e Mark Horne explicitamente fundamentam a sua defesa da pedocomunhão na continuidade entre as festas do Antigo Testamento e a Ceia do Senhor.

### 1.2.1 Peter Leithart

Leithart afirma que os termos da admissão à mesa do Senhor são os mesmos da admissão às festas veterotestamentárias:

A pedocomunhão ritualmente anuncia que a igreja é contínua com Israel. Todos os pedobatistas concordam que a igreja é o novo Israel, formado como o corpo do Cristo ressurreto. Mas a pedocomunhão reforça esse ponto de forma dramática, pois ela insiste que os requisitos para a admissão à refeição da igreja são exatamente os mesmos requisitos para a admissão às refeições de Israel.<sup>18</sup>

Leithart argumenta que as crianças estavam incluídas não apenas na refeição pascal, mas também em todas as demais festas. Sendo assim, “era permitido a todos os israelitas comerem de todas as festas do calendário litúrgico de Israel”.<sup>19</sup> Ele, então, pergunta: “Qual a característica do povo da Nova Aliança que exclui as crianças? Qual a diferença entre o Novo Israel e o Antigo que garante isso?”<sup>20</sup>

---

<sup>16</sup> LEITHART, Peter. “A Response to ‘1 Corinthians 11:17-34: The Lord’s Supper’”. In: BEISNER, E. Calvin (Ed.). *The Auburn Avenue Theology, Pros e Cons: Debating the Federal Vision*. Fort Lauderdale, FL: Knox Theological Seminary Press, 2004, p. 298.

<sup>17</sup> WATERS, *Federal Vision and Covenant Theology*.

<sup>18</sup> LEITHART, “A Response to ‘1 Corinthians 11:17-34: The Lord’s Supper’”, p. 299.

<sup>19</sup> Ibid.

<sup>20</sup> Ibid.

### 1.2.2 Steve Wilkins

Wilkins argumenta veementemente que, no Antigo Testamento, todas as crianças eram admitidas às refeições sacramentais com base em sua membresia na congregação pactual. A partir disso, ele afirma que, “se não é permitido que as crianças participem da Ceia do Senhor deveríamos esperar que elas também fossem excluídas da Páscoa”.<sup>21</sup> Para ele, entendimento e discernimento não constituem pré-requisitos para a participação na refeição sacramental. Os únicos pré-requisitos são a membresia no pacto e a habilidade para comer.<sup>22</sup> Waters resume a posição de Wilkins da seguinte forma:

O padrão evidente na Páscoa, conforme registrado em Êxodo 12, argumenta Wilkins, harmoniza-se com o modo normal de se observar as refeições sacrificiais. Consequentemente, se as crianças do pacto eram admitidas na Páscoa e nas demais refeições sacramentais da antiga aliança, então elas devem ser admitidas à mesa do Senhor. Se, no novo pacto, é errado admitir crianças batizadas, mas que não possuem discernimento, também era errado permitir crianças circuncidadas, mas sem discernimento, às refeições do antigo pacto.<sup>23</sup>

### 1.2.3 Mark Horne

Horne afirma que “todas as festas da aliança mosaica cumprem-se na Ceia do Senhor (1Co 10.3, 4, 18)”.<sup>24</sup> Após identificar o batismo com todas as circuncisões e purificações da aliança mosaica, ele afirma que “um só batismo é suficiente para nos dar acesso à festa [a Ceia do Senhor] sempre e para sempre”.<sup>25</sup> Lançado esse fundamento, Horne argumenta em favor da pedocomunhão, dizendo que “as crianças também estavam incluídas nas festas de Israel, bem como nos jejuns”.<sup>26</sup> Existe um princípio de continuidade entre os termos de admissão às festas do Antigo Testamento e à Ceia do Senhor, no Novo Testamento. “O resultado”, nas palavras de Guy Waters, “é que a membresia pactual se torna o fundamento para a admissão à mesa”.<sup>27</sup>

<sup>21</sup> WILKINS, Steve. “The Lord’s Supper and Our Children (I)”. Apud WATERS, *Federal Vision and Covenant Theology*.

<sup>22</sup> Ibid.

<sup>23</sup> Ibid.

<sup>24</sup> HORNE, Mark. *Por que batizar crianças? Explicação da teologia e prática das igrejas reformadas*. Brasília: Monergismo, 2011, p. 62.

<sup>25</sup> Ibid.

<sup>26</sup> HORNE, Mark. “You and Your Son and Daughter: Christ’s Communion with Young Children”. Apud WATERS, *Federal Vision and Covenant Theology*.

<sup>27</sup> Ibid.

Tendo apresentado o debate contemporâneo encabeçado pela Visão Federal, é imprescindível analisar mais detidamente os principais argumentos utilizados pelos pedocomunialistas.

## 2. ARGUMENTOS EM FAVOR DA PEDOCOMUNHÃO

### 2.1 *O Argumento Pactual*

Como se pode perceber na análise da Visão Federal, um dos principais argumentos usados na defesa da pedocomunhão é o da posição das crianças como “membros do pacto”. De acordo com Venema, esse argumento é, na verdade, “a pedra angular da causa pedocomunialista”.<sup>28</sup> Os advogados da Visão Federal e da pedocomunhão afirmam que todos os membros da nova comunidade pactual, incluindo os filhos dos crentes, devem ser admitidos à Mesa do Senhor. É o que afirma Tim Gallant:

Aos filhos dos crentes é concedida total membresia no novo pacto. O novo pacto concede a todos os membros completa participação em seus privilégios. A Ceia do Senhor é a renovação da aliança, na qual todo o corpo participa comunitariamente de Cristo. A Ceia é o sinal sacramental, o selo e a promulgação das realidades que as crianças do pacto desfrutam e, portanto, pertence a elas.<sup>29</sup>

A ideia de Gallant é que as Escrituras, no seu todo, ensinam a pedocomunhão. Ele afirma que mesmo sem o argumento da Páscoa, que será visto logo em seguida, as Escrituras estão repletas de passagens que mostram ampla evidência a favor da pedocomunhão. Ele cita Mateus 19.13-14, onde está escrito: “Trouxeram-lhe, então, algumas crianças, para que lhes impusesse as mãos e orasse; mas os discípulos os repreendiam. Jesus, porém, disse: Deixai os pequeninos, não os embarceis de vir a mim, porque dos tais é o reino dos céus”. De acordo com ele, a passagem não ensina simplesmente que as crianças são um exemplo a ser seguido. Muito mais que isso, Jesus está ensinando que o pacto garante às crianças o direito de se aproximarem dele. O reino dos céus anunciado por Jesus é a nova aliança. Portanto, uma vez que às crianças pertence o reino dos céus, isso significa que a elas pertence a nova aliança e, portanto, pertence-lhes a Ceia do Senhor. O argumento é posto na forma de um silogismo:

Premissa Maior: Das crianças é o reino dos céus (a nova aliança);

Premissa Menor: A Ceia do Senhor é o sinal do reino dos céus (da nova aliança);

Conclusão: Portanto, a Ceia do Senhor pertence às crianças.

<sup>28</sup> VENEMA, *Children at the Lord's Table?*, p. 6.

<sup>29</sup> GALLANT, Tim. *Feed My Lambs: Why the Lord's Table Should Be Restored to Covenant Children*. Grand Prairie, AB, Canadá: Pactum Reformanda Publishing, 2003, p. 22.

A ideia da Ceia como um direito inalienável das crianças está explícita no título da obra de Gallant: *Feed My Lambs: Why the Lord's Table Should be Restored to Covenant Children*. De acordo com o título, a Ceia é algo a ser *restaurado* às crianças do novo pacto. Num artigo publicado na internet, Gallant afirma peremptoriamente:

1. Os filhos dos crentes são possuidores do reino dos céus (Mt 19.13-14) e, portanto, membros da igreja.
2. Os filhos dos crentes são, portanto, devidamente batizados, o que significa e sela seu relacionamento real com Jesus Cristo, da mesma forma como ocorria com os infantes sob o antigo pacto (Gn 17.10-14; cf. Cl 2.11-12).
3. Aqueles que foram batizados em Cristo possuem completa herança e direitos no novo pacto (Gl 3.27), e, portanto, estão incluídos em todos os seus privilégios (Gl 4.26-29).
4. O sacramento da Ceia do Senhor é um desses privilégios que pertencem ao corpo batizado de Cristo (1Co 10.16-17; cf. 1Co 12.13).<sup>30</sup>

Outro famoso proponente da pedocomunhão, Peter J. Leithart, escreveu uma obra com um título provocativo: *Daddy, Why Was I Excommunicated?* [“Papai, por que fui excomungado?”]. Os dois títulos insinuam que as crianças foram privadas, sem processo, de um privilégio que elas têm o direito de exercer. Os pedocomunialistas apelam para a aceitação do pedobatismo: “Se, é argumentado, admitimos sem exame as crianças da igreja a uma ordenança pactual a que a membresia lhes concede direito, chamada batismo, não deveríamos, então, admiti-las a outra ordenança pactual, a Ceia do Senhor, que Cristo deu ao seu povo?”<sup>31</sup> A ideia subjacente é que a proibição de as crianças da igreja participarem da Mesa do Senhor “equivale a uma espécie de excomunhão sarcástica e revela uma incapacidade em livrar a igreja de um pensamento batista, que não reconhece plenamente os direitos e privilégios que pertencem a cada membro da comunidade pactual”.<sup>32</sup>

Entretanto, esse argumento pedocomunialista sofre de uma séria falácia lógica, denominada *petitio principii*, ou seja, o seu argumento pressupõe em suas premissas o que ele procura provar. Os defensores da pedocomunhão assumem frequentemente que a admissão à Mesa do Senhor é um direito inalienável de cada filho do pacto. Isso em virtude de sua membresia.

O grande problema com esse raciocínio é que ele deixa de distinguir entre a posse de um privilégio e o seu exercício. Como afirmam Waters e Duncan:

<sup>30</sup> GALLANT, Tim. *Brief Theses on Communion and Covenant Children*. Disponível em: [http://www.paedocommunion.com/articles/gallant\\_brief\\_theses.php](http://www.paedocommunion.com/articles/gallant_brief_theses.php). Acesso em: 22 fev. 2012.

<sup>31</sup> WATERS, Guy; DUNCAN, Ligon (Eds.). *Children and the Lord's Supper*. Geanies House, Scotland: Christian Focus Publications, 2011, p. 22.

<sup>32</sup> VENEMA, *Children at the Lord's Table?*, p. 6.

“Enquanto podemos afirmar que a admissão à Ceia do Senhor é um privilégio em posse de cada criança do pacto, esse privilégio não é seu para exercitá-lo até que conheça o requisito intelectual e as qualificações de 1Coríntios 11”.<sup>33</sup> Os filhos de pais crentes têm a responsabilidade de fazer sua profissão de fé e, assim, poderem reivindicar todos os privilégios que sua membresia lhes garante. A analogia usada por Duncan e Waters é interessante:

Nesse sentido, a posição de uma criança do pacto é semelhante à posição de um menor em uma república. Um menor é reconhecido como cidadão do estado. Ele tem privilégios e responsabilidades oriundas da sua cidadania. Contudo, ele deve alcançar maturidade antes de poder exercitar tais privilégios, como: votar, servir em um ofício público e nas forças armadas. Sua exclusão do exercício de tais privilégios em nada ameaça a legitimidade de sua participação na sociedade.<sup>34</sup>

O princípio é que o fato de alguém ser membro da igreja, em si mesmo, não o habilita ao exercício de todos os privilégios envolvidos nessa membresia.

Em segundo lugar, a ceia do Senhor é chamada de “sacramento da nutrição”. O *Catecismo Maior de Westminster*, na resposta à pergunta 177, afirma que “a Ceia do Senhor deve ser celebrada frequentemente, com os elementos de pão e vinho, para representar e dar Cristo, *como o alimento espiritual para a alma*”.<sup>35</sup> Assim, justamente pelo fato de a Ceia do Senhor alimentar a vida espiritual, e não por criá-la, é necessário que uma prévia, pública e crível profissão de fé seja feita antes que alguém tenha acesso à mesa. “A menos que uma pessoa tenha feito uma pública e crível profissão de fé, a igreja não possui garantia bíblica para admiti-la a uma ordenança designada para nutrir a fé”.<sup>36</sup>

## 2.2 O argumento da analogia com a Páscoa

Os advogados da pedocomunhão argumentam com frequência que os filhos dos crentes do Antigo Testamento eram admitidos à participação na Páscoa anual. Phillip G. Kayser diz que um dos critérios para se admitir alguém à mesa do Senhor é que o mesmo tenha sido batizado no pacto por um dos pais crentes.<sup>37</sup> Curiosamente, visando fundamentar sua afirmação, Kayser cita a passagem de Êxodo 12.48: “Porém, se algum estrangeiro se hospedar contigo e quiser celebrar a Páscoa do SENHOR, seja-lhe circuncidado todo macho; e, então, se chegará, e observará, e será como o natural da terra; mas nenhum incircunciso comerá dela”. De acordo com Kayser, “devemos ter mais medo

<sup>33</sup> WATERS; DUNCAN, *Children and the Lord's Supper*, p. 22.

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 23.

<sup>35</sup> *O Catecismo Maior de Westminster*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002. p. 274. Ênfase acrescentada.

<sup>36</sup> WATERS; DUNCAN, *Children and the Lord's Supper*, p. 23.

<sup>37</sup> KAYSER, Phillip G. *Feed My Lambs: Biblical Guidelines for Parents to Determine if their Children are Ready for Communion*. Omaha, NE: Biblical Blueprints, 2009, p. 1.

de manter as crianças longe da festa do que de fazê-las participantes cedo demais”.<sup>38</sup> O livro de Kayser traz um apêndice com várias passagens vetero-testamentárias que mostram crianças participando não apenas da Páscoa, mas de outras refeições pactuals. Tim Gallant, um destacado proponente da Visão Federal, afirma que “os filhos dos crentes eram autorizados a participar da Páscoa e de outras refeições pactuals comunitárias do Antigo Testamento. Visto que o Novo Testamento não remove ou restringe sua membresia pactual, eles ainda desfrutavam desse privilégio”.<sup>39</sup> De acordo com ele, “a pedocomunhão era praticada sob o antigo pacto”.<sup>40</sup> Visando fundamentar o seu argumento, Gallant contesta a interpretação comum de Êxodo 12.26, que afirma que as pessoas que participavam da Páscoa tinham sido instruídas acerca do significado da mesma. Ele afirma o seguinte:

O Senhor providenciou testemunhas para Si mesmo com a intenção de lembrar a Israel sobre Si mesmo, de geração em geração. Ele esperava que essas testemunhas incentivassem as crianças a fazer perguntas e, conseqüentemente, aprendessem sobre Ele. Mas não foi essa capacidade de fazer perguntas que colocou as crianças em relacionamento com Ele, ou tornou as obras divinas relevantes para elas, muito menos as deixou sujeitas à Lei Mosaica. Todo o padrão apresentado no Antigo Testamento é que as crianças do pacto nasciam sob suas exigências e cresciam com plena consciência dessas responsabilidades.<sup>41</sup>

Isso quer dizer que o direito de as crianças participarem da Páscoa era independente da sua capacidade cognitiva. O simples fato de estarem no pacto já as tornava habilitadas ao acesso à refeição pascal. Guy Prentiss Waters e Ligon Duncan apresentam o raciocínio pedocomunialista da seguinte forma:

Visto que o Novo Testamento traça um paralelo entre a Páscoa e a morte de Cristo (Jo 1.29; 1Co 5.7), e visto que a Ceia do Senhor representa a morte de Cristo pelos crentes (Lc 22.14-23), a Páscoa e a Ceia do Senhor são, então, ordenanças análogas: ambas apontam para a morte de Cristo por causa do pecado. Visto que as crianças eram admitidas à festa do antigo pacto que antecipava a morte do Cristo que viria, argumenta-se, portanto, que as crianças sob o novo pacto devem tomar parte da festa que celebra a morte consumada de Cristo. Os pedocomunialistas afirmam que não existe base para negar às crianças sob o novo pacto um privilégio que era estendido às suas contrapartes sob o antigo pacto. Se aos filhos de crentes era permitido comer a refeição pascal, sob que fundamento nós negamos a elas o acesso à correspondente refeição do novo pacto, a Ceia do Senhor?<sup>42</sup>

---

<sup>38</sup> Ibid.

<sup>39</sup> GALLANT, *Feed My Lambs*, p. 43.

<sup>40</sup> Ibid. p. 44.

<sup>41</sup> Ibid. p. 45.

<sup>42</sup> WATERS; DUNCAN, *Children and the Lord's Supper*, p. 16.

Não obstante, como Waters e Duncan pontuam, afirmar que a Páscoa e a Ceia são análogas não diz absolutamente nada sobre o dever de permitir que as crianças tenham acesso à Ceia do Senhor. Eles afirmam: “Simplemente porque as crianças do antigo pacto podem ter sido admitidas à festa da Páscoa não quer dizer, necessariamente, que as crianças do novo pacto devam ser admitidas à Ceia do Senhor”.<sup>43</sup> A relação existente entre Páscoa e Ceia, dizem eles, é apenas uma analogia. Na mesma linha, Cornelis Venema afirma: “Seja qual for a continuidade existente entre o antigo e o novo pacto, não se pode determinar a prática da comunidade da fé do novo pacto por um simples e direto apelo à prática do antigo pacto”.<sup>44</sup> Uma analogia estabelece uma relação, uma semelhança apenas. Uma analogia, por definição, é uma relação que se estabelece por semelhança. Isto posto, a Páscoa e a Ceia são semelhantes em que ambas apontam para o mesmo evento histórico: a morte de Jesus Cristo. Não obstante, os detalhes quanto à celebração de ambas diferem em vários pontos.

Posteriormente, a relação entre a Páscoa veterotestamentária e a Ceia do Senhor receberá maior atenção, a fim de se estabelecer que, apesar de existir uma analogia, existe também uma séria descontinuidade.

### 2.3 O argumento histórico

O terceiro argumento usado pelos pedocomunialistas aparece na forma de um apelo à história da igreja. De acordo com eles, a admissão das crianças ao sacramento da Santa Comunhão está em pleno acordo com a prática da igreja antiga. De acordo com eles, se considerarmos a prática dos períodos patrístico e medieval, e se olharmos para a prática tanto da Igreja Ocidental como da Igreja Oriental, concluiremos que a pedocomunhão é uma prática cristã antiga e digna de consideração por parte da igreja contemporânea.

Cornelis Venema apresenta um sumário do argumento histórico dos pedocomunialistas:

A prática da pedocomunhão era generalizada na igreja primitiva e continua sendo praticada pelas igrejas ortodoxas orientais, que servem a Comunhão às crianças por ocasião do seu batismo e continuam servindo depois. A ocasião para a cessação na Igreja Ocidental foi o desenvolvimento da doutrina da transubstanciação, que foi formalmente codificada no IV Concílio de Latrão, em 1215 d.C. Porque a doutrina da transubstanciação ensina que os elementos sacramentais do pão e do vinho se transformam no verdadeiro corpo e sangue de Cristo, a participação no sacramento se tornou mais temível para os crentes e seus filhos. A preocupação com que bebês e crianças profanassem os elementos consagrados veio a se constituir num obstáculo à sua admissão ao sacramento. A Reforma recuperou uma compreensão mais bíblica acerca do sacramento, mas

<sup>43</sup> Ibid.

<sup>44</sup> VENEMA, *Children at the Lord's Table?*, p. 60.

não questionou o abandono da prática da pedocomunhão por parte da Igreja Ocidental.<sup>45</sup>

A mesma avaliação foi feita por Morton Smith, reconhecendo que a pedocomunhão foi praticada por vários séculos:

A pedocomunhão foi praticada do terceiro ao oitavo século. Em algumas regiões ela perdurou até o século 12. A pedocomunhão ainda é praticada na Igreja Oriental. A prática foi abandonada pela Igreja Romana com o desenvolvimento da doutrina da transubstanciação.<sup>46</sup>

Imbuído dessa convicção, Tim Gallant afirma que a pedocomunhão deve ser *restaurada* nos dias atuais: “A Ceia do Senhor foi dada às crianças do pacto na Igreja Primitiva. Essa prática foi gradualmente abandonada devido a erros relacionados às doutrinas da Ceia do Senhor (i.e., a transubstanciação) e do episcopado (i.e., o papel dos bispos)”.<sup>47</sup> Posteriormente, o argumento histórico receberá maior atenção no presente artigo.

#### **2.4 O argumento de 1Coríntios 11**

O quarto e último argumento utilizado pelos pedocomunialistas é uma interpretação de 1Coríntios 11, que foca na preocupação do apóstolo em relação à unidade do Corpo de Cristo frente às divisões que estavam ocorrendo. Eles reconhecem que 1Coríntios 11 é uma passagem crítica relacionada à administração e observância da Ceia do Senhor. O princípio, de acordo com eles, é que o apóstolo Paulo está admoestando os coríntios por causa da fratura impingida na unidade da igreja. A evidência dessa fratura apresentada por Paulo é a forma como os coríntios se portavam durante a Ceia. Por essa razão, argumentam os pedocomunialistas, o apóstolo Paulo não exclui as crianças, filhas dos crentes, da Mesa do Senhor. Mais uma vez, é emblemática a afirmação de Tim Gallant:

De acordo com a mensagem completa dessa epístola, em 1Coríntios 11.17-34 Paulo procura eliminar as divisões na mesa do Senhor, que minam o dom da unidade que Deus, em Cristo, concedeu ao Seu povo. A rejeição da verdadeira participação comunitária em Cristo é uma profanação da Ceia do Senhor e, portanto, provoca o juízo divino. Por conseguinte, Paulo convida os coríntios a refletirem sobre o seu chamado como corpo de Cristo antes de participarem da Ceia, de modo que a Ceia seja celebrada por uma verdadeira comunidade.<sup>48</sup>

<sup>45</sup> Ibid., p. 5s.

<sup>46</sup> SMITH, Morton H. *Systematic Theology*. Vol. 2. Greenville, SC: Greenville Seminary Press, 1994, p. 685-686.

<sup>47</sup> GALLANT, *Feed My Lambs*, p. 106.

<sup>48</sup> Ibid., p. 72.

Ele afirma ainda que “a passagem é uma defesa da koinonia, um programa prático para corrigir o cenário dividido em Corinto”.<sup>49</sup> Com base no versículo 18, os defensores da pedocomunhão iniciam com o cenário de divisões em Corinto: “Porque, antes de tudo, estou informado haver divisões entre vós quando vos reunis na igreja; e eu, em parte, o creio”. Esse cenário fornece o pano de fundo para a discussão apostólica a respeito da Ceia do Senhor, e o modo como as facções dentro da igreja estavam corrompendo a observância do sacramento (1Co 11.20-22).

O ponto central do argumento pedocomunialista está na interpretação dos versículos 27 e 28: “Por isso, aquele que comer o pão e beber o cálice do Senhor, indignamente, será réu do corpo e do sangue do Senhor. Examine-se, pois, o homem a si mesmo, e, assim, coma do pão, e beba do cálice”. De acordo com os defensores da pedocomunhão, a exortação paulina contra a participação indigna tem em mente as divisões e facções existentes no seio da igreja. Para Tim Gallant, as divisões representavam uma profunda traição contra Cristo, semelhante à traição de Judas:

A referência a ser culpado do corpo e do sangue do Senhor pode estar relacionada ao lembrete dado por Paulo no versículo 23. A Ceia foi instituída por Cristo “na noite em que foi traído”. Depois de receber o sacramento, Judas saiu imediatamente e concluiu os planos para entregar Cristo. Judas participou da Ceia enquanto traía o corpo (físico) de Cristo em seu coração e em seus planos; os coríntios estavam participando da Ceia enquanto, simultaneamente, traíam o corpo (a igreja) de Cristo em suas ações à mesa. Assim, a sua profanação da Ceia corresponde conceitualmente ao horrível crime do filho da perdição. No fundo, eles estavam pecando contra Cristo.<sup>50</sup>

A indignidade, então, está no fato de os coríntios participarem da Ceia imbuídos de espírito cismático e faccioso, tratando os mais pobres com desprezo. Sendo assim, o “autoexame” ordenado por Paulo no versículo 28 é uma medida preventiva contra as divisões. “O pecado, no contexto, não é a falta de autoexame. O pecado é o cisma na mesa que Paulo espera combater, por meio do chamado ao autoexame”.<sup>51</sup>

Tal interpretação lança as bases para a defesa da pedocomunhão a partir dessa passagem. O chamado ao autoexame e a discernir o corpo de Cristo não é dirigido a cada membro participante do sacramento da comunhão. Em vez disso, de acordo com os pedocomunialistas, “é um desafio específico a alguns crentes em Corinto, que estavam agindo de forma inapropriada no contexto da celebração da Ceia do Senhor (e alguns crentes hoje que possam cometer uma

<sup>49</sup> Ibid., p. 77.

<sup>50</sup> Ibid., p. 89-90.

<sup>51</sup> Ibid., p. 91.

ofensa semelhante)”.<sup>52</sup> Esse desafio, então, não se aplica no caso das crianças, visto que elas não cometem uma ofensa similar. Tanto a necessidade de auto-exame como a possibilidade do juízo divino se aplicam apenas aos adultos. Esse é justamente o argumento de Gallant ao estabelecer uma conexão entre o capítulo 10 e o capítulo 11 de 1Coríntios:

Acreditamos seriamente que nossos filhos do pacto, aqueles de quem podemos dizer que “dos tais é o reino de Deus”, muito provavelmente comeriam e beberiam juízo para si se tomassem parte na Ceia? O contexto mais amplo da epístola, considerado em conjunto com a configuração histórico-redentiva a que se refere, leva-nos precisamente à direção oposta. Em 1Co 10.1-13, Paulo lembra aos coríntios a história de Israel no deserto, como toda a comunidade do pacto comeu o alimento espiritual e bebeu da bebida espiritual quando comeram do maná e beberam da água da rocha. Ele lhes lembra, a fim de alertá-los a olharem quantos caíram no deserto! Mas quando consideramos o evento do êxodo e a peregrinação no deserto, o que descobrimos? Foi a geração madura que caiu no deserto, enquanto a próxima geração entrou em Canaã. *O fato é que nós que somos maduros estamos em muito maior perigo do que aqueles que são infantes de contaminarmos o sacramento e, assim, comermos e bebermos juízo para nós mesmos.*<sup>53</sup>

Gallant conclui o seu raciocínio, afirmando:

As crianças do pacto são participantes de Cristo, membros do corpo, e omitir sua participação na mesa coloca em questão se estamos realmente discernindo o corpo. Cada vez que observamos a Ceia e não as incluímos, estamos quebrando a comunhão com as crianças do pacto.<sup>54</sup>

Por essa razão, aos olhos dos seus defensores, não é válido apelar para 1Coríntios 11 a fim de se pronunciar contra a prática da pedocomunhão.

Os argumentos utilizados pelos pedocomunialistas necessitam ser devidamente avaliados. Serão considerados os argumentos: 1) histórico, 2) pascal e 3) o de 1Coríntios 11.

### 3. A PEDOCOMUNHÃO NA HISTÓRIA DA IGREJA

#### 3.1 Na Igreja Antiga

Os defensores da pedocomunhão pressupõem que, apesar de ser um assunto controverso, a evidência histórica é favorável ao seu posicionamento. Em um famoso artigo de 1975 no *Westminster Theological Journal*, Christian

<sup>52</sup> VENEMA, *Children at the Lord's Table?*, p. 8.

<sup>53</sup> GALLANT, *Feed My Lambs*, p. 99.

<sup>54</sup> *Ibid.*, p. 101.

L. Keidel iniciou a discussão com a seguinte afirmação: “Por que não permitir que bebês e crianças batizadas retornem à Ceia do Senhor? Tal pedido não é tão estranho uma vez se entenda que a observância infantil da Ceia do Senhor era generalizada na igreja primitiva”.<sup>55</sup>

Tim Gallant afirma que é falsa a noção de que as crianças foram incluídas na celebração eucarística alguns séculos mais tarde. De acordo com ele: “A pedocomunhão possui uma história longa e venerável”.<sup>56</sup> O ponto defendido é que um exame cuidadoso da história da igreja mostraria ter sido a pedocomunhão uma prática da igreja primitiva: “Tudo o que preciso mostrar, portanto, é um pano de fundo histórico que está de acordo com a crença de que a pedocomunhão foi corretamente praticada na era apostólica”.<sup>57</sup> Eles supõem que o que é normativo para a fé e prática da igreja é somente a Escritura. Não obstante, insistem que as evidências históricas favoráveis à comunhão infantil são abundantes e, portanto, inegáveis. Desde a era apostólica seria generalizada a prática de admitir crianças à Ceia do Senhor.

Tommy Lee, um proponente da pedocomunhão, escreveu um influente artigo intitulado “The History of Paedocommunion: From the Early Church until 1500”. Sua tese é que, “de fato, a igreja primitiva levava seus bebês e crianças pequenas para o sacramento da Ceia do Senhor”.<sup>58</sup> Não obstante, não se trata de algo tão evidente e tão simples. Não há nenhuma evidência de que as crianças tenham tomado ou deixado de tomar parte no sacramento da Ceia do Senhor no primeiro e no segundo século. Keith A. Mathison afirma que isso se deve a “poucas referências à Eucaristia durante esses séculos, e certamente por nenhum tratamento sistemático ter sido dedicado ao assunto”.<sup>59</sup>

Curiosamente, ao passo que existe abundante evidência para a prática do pedobatismo, “clara evidência para a prática da pedocomunhão em alguns segmentos da igreja começa apenas com uma afirmação nos escritos de Cipriano, que data de meados do terceiro século”.<sup>60</sup>

Uma das primeiras referências ao tema dos comungantes da Ceia do Senhor foi feita pelo apologista cristão Justino Mártir (110-165 d.C.). Em sua *Primeira Apologia*, Justino afirma: “Este alimento se chama entre nós Eucaristia, da qual ninguém pode participar *a não ser que creia serem verdadeiros*

<sup>55</sup> KEIDEL, Christian L. “Is the Lord’s Supper for Children?”. *Westminster Theological Journal*, v. 37, n. 3, 1975, p. 301.

<sup>56</sup> GALLANT, *Feed My Lambs*, p. 107.

<sup>57</sup> Ibid.

<sup>58</sup> LEE, Tommy. “The History of Paedocommunion: From the Early Church until 1500”. Disponível em: [http://www.reformed.org/sacramentology/tl\\_paedo.html](http://www.reformed.org/sacramentology/tl_paedo.html). Acesso em: 24 fev. 2012.

<sup>59</sup> MATHISON, Keith A. *Given for You: Reclaiming Calvin’s Doctrine of the Lord’s Supper*. Phillipsburg, NJ: Presbyterian and Reformed, 2002, p. 313.

<sup>60</sup> VENEMA, *Children at the Lord’s Table?*, p. 12.

*nossos ensinamentos* e se lavou no banho que traz a remissão dos pecados e a regeneração e vive conforme o que Cristo nos ensinou”.<sup>61</sup> Não há como interpretar tais palavras a não ser como uma afirmação da credocomunhão. De acordo com Justino, o sacramento da Ceia do Senhor deve ser recebido apenas por aqueles que abraçam os ensinamentos da fé cristã e resolvem viver de acordo com a doutrina. Os pedocomunialistas Peter Leithart e Tim Gallant sustentam que os escritos de Justino não excluem a prática da pedocomunhão. De acordo com Gallant, a lavagem “que traz a remissão dos pecados” é uma referência ao batismo. Sendo assim, “aqueles que acreditam que o batismo infantil era praticado no segundo século não podem apelar de forma convincente a este texto a fim de refutar a pedocomunhão”.<sup>62</sup> É bem verdade que não há aqui uma negação explícita da pedocomunhão. Não obstante, trata-se de uma inferência clara. Ademais, Gallant não faz nenhum comentário sobre a afirmação “a não ser que creia serem verdadeiros nossos ensinamentos”.

Gallant faz uso de uma citação muito obscura da *IApologia* para defender a prática da pedocomunhão:

Depois que o presidente deu ação de graças e todo o povo aclamou, os que entre nós se chamam ministros ou diáconos dão a cada um dos presentes parte do pão, do vinho e da água sobre os quais se pronunciou a ação de graças e os levam aos ausentes.<sup>63</sup>

Ele se firma na expressão “a cada um dos presentes”. O problema é que logo em seguida Justino afirma que a Ceia só deve ser partilhada com aqueles que creem nas verdades ensinadas por eles. Isto posto, não se trata de uma afirmação da pedocomunhão.

Orígenes, mestre de Alexandria, em uma homilia sobre o livro de Juízes, escreveu o seguinte:

Antes de chegarmos à provisão do pão celestial, e de sermos preenchidos com a carne do Cordeiro imaculado, antes de sermos inebriados com o sangue da Videira verdadeira que surgiu a partir da raiz de Davi, enquanto isso somos crianças, alimentados com leite, e mantemos os primeiros princípios de Cristo, e agimos sob a supervisão de mordomos, a saber, os anjos da guarda.<sup>64</sup>

Aqui Orígenes faz uma afirmação altamente simbólica. Ele faz uma distinção entre crianças, que são alimentadas com o leite da Palavra de Deus e

<sup>61</sup> JUSTINO MÁRTIR. *I Apologia*, p. 39. Disponível em: [http://www.monergismo.com/textos/apologetica/Justino\\_de\\_Roma\\_IApologia.pdf](http://www.monergismo.com/textos/apologetica/Justino_de_Roma_IApologia.pdf). Acesso em: 24 fev. 2012. Ênfase acrescentada.

<sup>62</sup> GALLANT, *Feed My Lambs*, p. 109.

<sup>63</sup> JUSTINO MÁRTIR, *I Apologia*, p. 39.

<sup>64</sup> Apud VENEMA, *Children at the Lord's Table?*, p. 13s.

ainda não são capazes de receber a carne e o sangue de Cristo, e crentes mais maduros, aos quais é permitido participarem da carne do Cordeiro imaculado e do sangue da Videira verdadeira. Gallant admite que aqui está uma negação explícita da pedocomunhão no período da igreja antiga. Não obstante, juntamente com Leithart, ele sugere que Orígenes está, na verdade, fazendo uma distinção entre o antigo e o novo pactos, o que é muito improvável.<sup>65</sup>

Em cerca de 250 d.C., já no terceiro século, Cipriano de Cartago, na sua obra *De Lapsis*, fez uma clara referência à prática da pedocomunhão. Descrevendo as batalhas enfrentadas pela igreja durante a perseguição movida por Décio, Cipriano coloca palavras nas bocas de filhos de crentes que sugerem sua participação no sacramento da Ceia do Senhor:

Mas, para muitos, a sua própria ruína não foi suficiente. Com exortações mútuas as pessoas foram instadas a respeito da sua ruína; morte foi prometida no cálice mortal. E ainda que nada desejasse agravar o crime, as crianças também, nos braços de seus pais, sendo carregadas ou conduzidas, perdidas, enquanto ainda pequeninas, que ganharam no princípio, antes do seu nascimento. Será que quando chegar o dia do julgamento elas não irão dizer: “Não fizemos nada; não abandonamos o pão do Senhor e o cálice para correr livremente a um contato profano; a infidelidade dos outros nos arruinou. Encontramos nossos pais como nossos assassinos; eles nos negaram a Igreja como Mãe; eles nos negaram a Deus como Pai, de maneira que, enquanto éramos pequenos, sem conhecimento, e inconscientes acerca de tal crime, fomos associados a outros como parceiros da impiedade, e fomos capturados pelo engano dos outros”<sup>66</sup>

Cipriano claramente fala a respeito da admissão de crianças à Ceia do Senhor. Como pontua Venema: “Se isto está correto, a afirmação de Cipriano representa o primeiro testemunho claro para a prática da pedocomunhão nas igrejas com as quais ele estava familiarizado”.<sup>67</sup> É importante salientar, juntamente com Roger T. Beckwith, que a obra *De Lapsis*, de Cipriano, apareceu “após volumosos escritos de Irineu, Tertuliano, Clemente de Alexandria, Hipólito e Orígenes sem qualquer referência a tal prática”.<sup>68</sup>

Pode-se mencionar ainda as *Constituições Apostólicas*, documento datado do quarto século, como um texto que apoia a prática da comunhão infantil. São mencionadas várias classes de pessoas, que, cada uma por sua vez, participavam da Ceia do Senhor: os bispos, os presbíteros, os diáconos,

<sup>65</sup> GALLANT, *Feed My Lambs*, p. 110.

<sup>66</sup> CYPRIAN. “On the Lapsed”. In: SCHAFF, Philip. *Ante-Nicene Fathers*. Vol. 5. Grand Rapids, MI: Christian Classics Ethereal Library, s/d., p. 1023. Disponível em: <http://www.ccel.org/ccel/schaff/anf05.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2012.

<sup>67</sup> VENEMA, *Children at the Lord’s Table?*, p. 15.

<sup>68</sup> BECKWITH, Roger T. “The Age of Admission to the Lord’s Supper”. *Westminster Theological Journal*, v. 38, n. 2, 1976, p. 125.

os subdiáconos, os leitores, os cantores, os ascetas, as mulheres, as diaconisas, as virgens, as viúvas e as crianças.<sup>69</sup> É importante que se diga que o compilador das *Constituições Apostólicas* tem sido identificado “como um origenista (semi-ariano) ou apolinariano que teve a legitimidade da sua obra um pouco manchada entre a ortodoxia nicena”.<sup>70</sup> Curiosamente, o próprio Tim Gallant reconhece a influência ariana nas *Constituições*. Não obstante, de acordo com ele, “nosso interesse aqui não é defender as *Constituições*, mas apenas fazer observações históricas”.<sup>71</sup>

### 3.2 Em Agostinho de Hipona

Os comentários de Agostinho (354-430), bispo de Hipona, no norte da África, sobre a Santa Ceia são muito importantes. Por exemplo, ele fez uma clara distinção entre os sinais e a realidade significada por eles. Agostinho escreveu sobre a Ceia: “Pois mesmo que nesse dia recebamos comida visível, o sacramento é uma coisa, mas a virtude do sacramento é outra”.<sup>72</sup> No que diz respeito à pedocomunhão, Agostinho claramente admitia a prática de servir a Ceia do Senhor às crianças. De acordo com Venema, isso foi possível por causa do desenvolvimento das doutrinas da igreja e dos sacramentos,

[...] principalmente do sacramento do batismo, que refletiu uma compreensão cada vez mais “realista” da eficácia do sacramento em transformar seus recipientes. Assim, o argumento para a admissão das crianças à Ceia do Senhor se tornou mais forte.<sup>73</sup>

Existe um grande número de passagens nos volumosos escritos de Agostinho que claramente afirmam a prática pedocomunialista. Num sermão que argumenta sobre o pecado original e como as crianças são concebidas e nascidas em pecado, Agostinho disse o seguinte: “Eles são infantes, mas recebem Teus sacramentos. Eles são infantes, mas compartilham da Tua mesa, para ter vida em si mesmos”.<sup>74</sup> Para que os filhos dos crentes tivessem vida em Cristo, Agostinho afirma que eles deveriam participar da Ceia do Senhor, que garante a vida espiritual e o alimento que é necessário. Um dos principais argumentos

<sup>69</sup> SCHAFF, Philip. *Ante-Nicene Fathers*. Vol. 5. Grand Rapids, MI: Christian Classics Ethereal Library, s/d. p. 1023. Disponível em: <http://www.ccel.org/ccel/schaff/anf05.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2012.

<sup>70</sup> NEEDHAM, Nick. “Children at the Lord’s Table in the Patristic Era”. In: WATERS; DUNCAN, *Children and the Lord’s Supper*, p. 153-154.

<sup>71</sup> GALLANT, *Feed My Lambs*, p. 118.

<sup>72</sup> Apud MATHISON, *Given For You*, p. 341.

<sup>73</sup> VENEMA, *Children at the Lord’s Table?*, p. 16.

<sup>74</sup> Apud GALLANT, *Feed My Lambs*, p. 118; VENEMA, *Children at the Lord’s Table?*, p. 16.

de Agostinho para a pedocomunhão é um apelo ao ensinamento de Cristo em João 6. Em razão de Cristo ter dito que quem não comesse da sua carne e não bebesse do seu sangue não teria vida, as crianças devem ser recebidas à Mesa do Senhor, pois do contrário elas estão excluídas da vida em Cristo. Para ele, as palavras de Cristo em João 6.53 eram uma referência ao sacramento da Ceia:

Se, portanto, como muitas e tantas testemunhas divinas concordam, nem salvação nem vida eterna pode ser esperada por qualquer homem sem o batismo e o corpo e sangue do Senhor, é vão prometer estas bênçãos às crianças sem os sacramentos.<sup>75</sup>

Nick Needham interpreta corretamente o pensamento de Agostinho, afirmando que, para o bispo de Hipona, “assim como o batismo era necessário para lavar o pecado original, e por isso os infantes deveriam ser batizados, assim também comer da carne e beber do sangue de Cristo era necessário para sustentar a vida espiritual”.<sup>76</sup>

A influência exercida pelo pensamento de Agostinho a respeito da eficácia *ex opere operato* dos sacramentos forneceu o ímpeto para a prática da pedocomunhão durante o quarto século e nos séculos subsequentes. Se as crianças são alvo da regeneração batismal, então elas possuem a vida espiritual requerida para serem alimentadas pela Eucaristia. O grande problema com os defensores da pedocomunhão ao fazerem uso dos testemunhos de Agostinho e de outros, como Leão Magno, é que parecem esquecer o fundamento doutrinário imbuído no todo da doutrina dos sacramentos tão característico do catolicismo romano. Também se deve ressaltar que, com o desenvolvimento da doutrina da transubstanciação, a pedocomunhão foi abandonada na igreja ocidental.

### 3.3 Nos Hussitas

Após a morte de Hus, os hussitas,<sup>77</sup> “irados, reuniram-se em assembleia solene e anunciaram sua concordância com Hus. Diante de um possível ataque militar, os hussitas finalmente concordaram em quatro artigos que servem como ‘a base da resistência boêmia’”.<sup>78</sup> Os quatro artigos hussitas defendiam a restauração do cálice aos leigos, a comunhão frequente e também, mas menos conhecida, a restauração da participação infantil na Ceia do Senhor.

<sup>75</sup> AUGUSTINE, “A Treatise on the Merits and Forgiveness of Sins, and on the Baptism of Infants”. In: SCHAFF, Philip. *Nicene and Post-Nicene Fathers*. Grand Rapids, MI: Christian Classics Ethereal Library, s/d, p. 154. Disponível em: <http://www.ccel.org/ccel/schaff/anf05.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2012.

<sup>76</sup> NEEDHAM, “Children at the Lord’s Table in the Patristic Era”, p. 157.

<sup>77</sup> Seguidores do pré-reformador boêmio Jan Hus, queimado por determinação do Concílio de Constança, em 6 de julho de 1415.

<sup>78</sup> LEE, “The History of Paedocommunion: From the Early Church until 1500”.

Dessa forma, a pedocomunhão, no julgamento de Tim Gallant, “tornou-se um elemento-chave na sua campanha contra a tirania de Roma”.<sup>79</sup>

De acordo com o estudioso David R. Holeton, os hussitas passaram a praticar a pedocomunhão já no ano de 1417, por ocasião do Sínodo de Wenceslau.<sup>80</sup> No ano seguinte, em 1418, o rei Wenceslau expulsou sacerdotes hussitas dos seus domínios, na tentativa de restaurar o catolicismo romano no seu reino. Todavia, em 1419 a comunhão infantil se transformou num componente integral do movimento hussita. A letra de uma de suas canções era um panegírico sobre a pedocomunhão: “Não neguemos isso aos pequeninos/Nem os impeçais/Quando eles comem o corpo de Jesus [...] Louvado seja Deus, seus filhos/seus pequeninos bebês/Pois Ele não te levará para longe/Mas te alimentará com Seu corpo santo”.<sup>81</sup>

Os hussitas fundamentaram sua prática pedocomunialista em João 6 e 1 Coríntios 10.16-17. Eles entendiam que o sacramento pertence a todo o povo de Deus. Isso era uma resposta à teologia romanista, que havia vetado o cálice aos leigos e excluído as crianças da participação no sacramento.

A prática entre os hussitas perdurou até pelo menos o ano de 1437, por ocasião do Concílio de Basileia. A questão da pedocomunhão foi debatida pelo menos duas vezes, em 1433 e 1437. Apesar de terem usado fortes argumentos em favor da prática, no fim os hussitas foram proibidos de admitir crianças e bebês à Mesa do Senhor. Na avaliação de Holeton, “o Concílio entrou no debate com a mente fechada, nunca, por um momento sequer, permitiu a possibilidade de que bebês e crianças pequenas fossem admitidas à comunhão eucarística”.<sup>82</sup>

### 3.4 Na Reforma Protestante

Durante o período da Reforma aconteceram inúmeros debates acerca do sacramento da Ceia do Senhor, sendo que um dos mais famosos foi o Colóquio de Marburgo, em 1529, que colocou frente a frente Martinho Lutero e Ulrico Zuínglio e terminou sem um consenso entre as partes litigantes. Apesar dos vários pontos discordantes entre luteranos e reformados, as igrejas oriundas da Reforma continuaram a prática predominante da igreja ocidental, de não admitir infantes ou crianças pequenas à Mesa do Senhor. De acordo com Venema, “essas igrejas protestantes mantiveram a prática de admitir crianças à Mesa do Senhor apenas após terem sido confirmadas (luterana) ou terem feito uma profissão de fé (reformada) diante da igreja”.<sup>83</sup> Mathison acrescenta que

<sup>79</sup> GALLANT, *Feed My Lambs*, p. 128.

<sup>80</sup> HOLETON, David R. “The Communion of Infants and Hussitism”. In: LEE, Tommy. “The History of Paedocommunion: From the Early Church until 1500”.

<sup>81</sup> GALLANT, *Feed My Lambs*, p. 128-129.

<sup>82</sup> HOLETON, “The Communion of Infants and Hussitism”.

<sup>83</sup> VENEMA, *Children at the Lord's Table?*, p. 22.

“o consenso entre os reformadores era que apenas aqueles que tinham idade suficiente para examinar a si mesmos e discernir o corpo do Senhor tinham permissão para participar da Ceia”.<sup>84</sup>

O reformador alemão Martinho Lutero acreditava que, “assim como o evangelho é anterior à igreja, os sacramentos são uma consequência da fé”.<sup>85</sup> Lutero rejeitou a doutrina que acabou dando margem à prática da pedocomunhão, a da eficácia dos sacramentos *ex opere operato*. Para ele, “os sacramentos são uma palavra dirigida por Deus. Têm de ser recebidos, *crídos e apropriados pessoalmente*”.<sup>86</sup> Assim, apesar de ser favorável à prática do pedobatismo, Lutero acreditava piamente que só poderiam tomar parte no sacramento da Eucaristia aqueles que tivessem feito uma confirmação da sua fé.

João Calvino também se posicionou contra a prática pedocomunialista. Para Calvino, o batismo é um sacramento que sinaliza o novo nascimento e a incorporação da pessoa na comunidade pactual, ao passo que a Ceia do Senhor é um meio de nutrir a fé daqueles que creem em Cristo e estão incorporados ao seu povo. O sacramento do batismo deve ser ministrado aos filhos dos crentes, visto que as promessas do evangelho também foram feitas a eles, não apenas aos seus pais. Contudo, a Ceia do Senhor é o sacramento que possui como objetivo fortalecer a fé dos crentes e é dada “a fim de despertar-se, incitar-se, estimular-se, exercitar-se o sentimento de fé e amor; na verdade, para corrigir-se a deficiência de ambos”.<sup>87</sup> Calvino enfatiza ainda que os sacramentos são efetivos meios de graça, visto que a promessa do evangelho em Cristo é comunicada aos crentes. Não obstante, como Venema coloca, “a eficácia dos sacramentos não diminui a obrigação da parte dos recipientes de os receberem pela fé”.<sup>88</sup> Os sacramentos requerem a resposta da fé. À parte da fé, os sacramentos não são de nenhum benefício para os seus recipientes.

No caso da Ceia do Senhor, Calvino insiste que o corpo e sangue de Cristo devem ser recebidos pela “boca da fé”, e que daqueles que querem participar da Ceia é exigido que estejam preparados por uma prévia instrução na fé evangélica.<sup>89</sup>

Refutando os anabatistas, que afirmavam ser inconsistente batizar as crianças e proibi-las de participar da Ceia, Calvino argumentou com veemência:

<sup>84</sup> MATHISON, *Given for You*, p. 314.

<sup>85</sup> GEORGE, Timothy. *Teologia dos Reformadores*. São Paulo: Vida Nova, 2007, p. 93.

<sup>86</sup> Ibid. Ênfase acrescentada.

<sup>87</sup> CALVINO, João. *As Institutas: Edição Clássica*. IV.xvii.42. São Paulo: Cultura Cristã, 2006, p. 393s.

<sup>88</sup> VENEMA, *Children at the Lord's Table?*, p. 23.

<sup>89</sup> Ibid.

De fato, foi isto frequentemente praticado na Igreja antiga, como se constata de Cipriano e Agostinho; mas esse costume, *com razão, se fez obsoleto*. Ora, se ponderarmos a natureza e o caráter específico do batismo, na realidade ele é um como que ingresso e uma, pode-se dizer, iniciação à Igreja, graças à qual somos contados no povo de Deus: sinal de nossa regeneração espiritual, por meio da qual somos nascidos de novo para ser filhos de Deus; quando, em contrapartida, a Ceia foi atribuída aos mais adultos que, ultrapassada a infância mais tenra, já estejam *em condições de suportar alimento sólido*, distinção que se demonstra mui evidentemente na Escritura; porque aí, quanto concerne ao batismo, o Senhor não faz nenhuma seleção de idades. A Ceia, porém, não a exhibe à participação de todos igualmente; pelo contrário, somente àqueles que sejam idôneos para discernir-se o corpo e o sangue do Senhor, para examinar-se a própria consciência, a anunciar-se a morte do Senhor, a ponderar-se sua eficácia.<sup>90</sup>

Posteriormente, ao discorrer sobre o rito da confirmação, conforme era praticado na igreja antiga, Calvino claramente afirma que aqueles que foram batizados na infância precisavam ser catequizados a fim de fazer a sua profissão de fé:

Antigamente existiu na Igreja o costume de os filhos dos cristãos, depois que haviam crescido, fossem apresentados diante do bispo, para que cumprissem aquele dever que era exigido dos adultos que se ofereciam ao batismo. Pois estes se assentavam entre os catecúmenos até que, devidamente instruídos nos mistérios da fé, podiam fazer confissão de sua fé perante o bispo e povo. Portanto, aqueles que haviam sido iniciados pelo batismo quando crianças, já que não haviam então se desincumbido diante da Igreja em confissão de fé, ao final da infância, ou na entrada de sua adolescência, eram de novo apresentados pelos pais e examinados pelo bispo segundo a fórmula de catecismo que tinham então por certa e comum.<sup>91</sup>

Fica claro então que, para Calvino, enquanto o batismo pode ser administrado às crianças, à Ceia do Senhor devem ser admitidas apenas as pessoas que tenham feito uma profissão da sua fé depois de terem sido instruídas na doutrina cristã.

A esta altura é importante mencionar uma voz dissonante entre os reformadores. Wolfgang Musculus (1497-1563) foi um importante reformador que atuou nas cidades de Augsburg e Berna. Richard A. Muller o descreve como “um importante codificador da fé reformada”.<sup>92</sup> Musculus foi o único dentre os reformadores que advogou a pedocomunhão.<sup>93</sup> Em sua *Loci Communes*

<sup>90</sup> CALVINO, *As Institutas: Edição Clássica*, IV.xvi.30, p. 336s.

<sup>91</sup> *Ibid.*, IV.xix.4, p. 421.

<sup>92</sup> MULLER, Richard A. *Post-Reformation Reformed Dogmatics*. Vol. 1. Grand Rapids, MI: Baker Academic, 2003, p. 31.

<sup>93</sup> GALLANT, *Feed My Lambs*, p. 129.

*Sacrae Theologiae*, Musculus discutiu essa prática, advogando em sua defesa e fundamentando-se no fato de que as crianças estão incluídas no pacto da graça juntamente com seus pais. Eis suas palavras:

A administração da Ceia não deve ser feita em uso privado, como pertencendo a apenas algumas pessoas escolhidas e nomeadas. Ela é pública e comum a toda a igreja, de modo que todos quantos estejam contados entre os membros da igreja, a quem o corpo de Cristo foi dado e derramado o seu sangue na cruz, sejam admitidos a isso. E a própria tradição do Apóstolo e o costume da igreja primitiva declaram suficientemente que o seu uso é comum a todos os fiéis, tanto aos pais como aos filhos dos fiéis, como também podemos ver em Cipriano e Agostinho.<sup>94</sup>

Musculus também interpreta as palavras de Jesus em João 6, sobre comer a sua carne e beber o seu sangue, como se referindo ao sacramento eucarístico e, assim, ele assevera que as crianças têm parte no sacramento. Herman Bavinck resume os principais argumentos de Musculus da seguinte maneira:

- (1) Aqueles que possuem a coisa significada também têm direito ao sinal.
- (2) Crianças que podem receber a graça da regeneração (como é evidente do batismo) também podem ser nutridas em sua vida espiritual sem esse conhecimento.
- (3) Cristo é o Salvador de toda a igreja, inclusive as crianças, e alimenta e refrigera todos os seus membros com o seu corpo e seu sangue.
- (4) A exigência de autoexame (1Co 11.26-29) não é feita pelo apóstolo como um requisito universal.<sup>95</sup>

É interessante como Bavinck refuta os argumentos de Musculus:

- (1) No Antigo Testamento existia grande diferença entre a circuncisão e a Páscoa. A circuncisão foi prescrita para todas as crianças do sexo masculino, mas a Páscoa foi celebrada, não imediatamente em sua instituição, mas posteriormente, na Palestina, próximo ao templo de Jerusalém. As crianças muito novas estavam, portanto, automaticamente excluídas.
- (2) Semelhantemente, existe grande diferença entre o batismo e a Ceia do Senhor. O batismo é o sacramento da regeneração, um sacramento em que o humano é passivo; a Ceia do Senhor é o sacramento da maturação em comunhão com Cristo, a formação da vida espiritual, e pressupõe consciência e conduta ativa da parte daqueles que a recebem.
- (3) Cristo instituiu a Ceia do Senhor em meio a seus discípulos, dizendo a todos eles: “Tomai, comei e bebei”. Ele pressupõe que os discípulos tomam o pão e

---

<sup>94</sup> *Apud* GALLANT, Tim. “The Validity of Children at the Lord’s Table in the Words of an Early Reformed Theologian: Wolfgang Musculus on Paedocommunion”. Disponível em: [http://paedocommunion.com/articles/musculus\\_common\\_places.php](http://paedocommunion.com/articles/musculus_common_places.php). Acesso em: 25 fev. 2012.

<sup>95</sup> BAVINCK, Herman. *Reformed Dogmatics*. Vol. 4. Grand Rapids, MI: Baker Academics, 2008, p. 583.

o vinho das suas mãos. E Paulo escreve que a igreja de Corinto se reunia para comer, e ele não deixa outra impressão a não ser que apenas pessoas adultas e autoconscientes participaram da Ceia. (4) Em 1Co 11.26-29, Paulo insiste especificamente em que as pessoas deveriam examinar a si mesmas antes de celebrar a Ceia do Senhor, a fim de estarem aptas a discernir o corpo do Senhor e não comer e beber indignamente. Tal exigência é muito geral, dirigida a todos os participantes da Ceia do Senhor e, portanto, automaticamente exclui as crianças. (5) Reter a Ceia do Senhor das crianças não as priva de qualquer benefício do pacto da graça. Esse seria o caso se elas fossem excluídas do sacramento do batismo.<sup>96</sup>

Salienta-se que Musculus foi uma exceção ao entendimento comum entre os reformadores e as igrejas reformadas. O fato é que desde o século dezesseis as igrejas reformadas têm exigido uma pública profissão de fé antes de admitir crianças à Ceia do Senhor.

Como pôde ser observado, a evidência histórica alegada pelos pedocomunialistas não favorece a prática da comunhão infantil. Portanto, resta-lhes apelar à analogia com a Páscoa veterotestamentária.

#### 4. A RELAÇÃO ENTRE A PÁSCOA VETEROTESTAMENTÁRIA E A CEIA NEOTESTAMENTÁRIA

Os proponentes da pedocomunhão afirmam uma continuidade estrita entre a Páscoa e a Ceia do Senhor. O raciocínio é que, assim como as crianças pequenas de Israel eram admitidas à participação na Páscoa, assim também as crianças da igreja devem ser admitidas à Mesa do Senhor. Bryan D. Estelle adverte: “Frequentemente a Páscoa e a Ceia do Senhor (i.e., a ceia que o Senhor presidiu como anfitrião) são conectadas de um modo ou outro sem qualificação, clarificação ou discernimento”.<sup>97</sup> Os pedocomunialistas argumentam que a Ceia do Senhor é o correspondente neotestamentário da Páscoa veterotestamentária e que, portanto, uma vez que as crianças do pacto eram admitidas a esta última elas também devem ser admitidas àquela, visto que entre ambas as ordenanças há uma continuidade irrestrita, o que é comprovado a partir do fato de que o Senhor Jesus instituiu a Ceia por ocasião da celebração da Páscoa. James Jordan, outro defensor da prática da comunhão infantil, por exemplo, refere-se à Ceia do Senhor como “a grande Páscoa da igreja”.<sup>98</sup> Em seu famoso artigo, Christian Keidel constrói o argumento da seguinte forma:

<sup>96</sup> Ibid., p. 583s.

<sup>97</sup> ESTELLE, Bryan D. “Passover and the Lord’s Supper: Continuity or Discontinuity?”. In: WATERS; DUNCAN, *Children and the Lord’s Supper*, p. 32.

<sup>98</sup> JORDAN, James. “Children and the Religious Meals of the Old Creation”. In: STRAWBRIDGE, Gregg (Ed.). *The Case for Covenant Communion*. West Monroe, LA: Athanasius Press, 2006, p. 67.

Visto que bebês e crianças, membros da igreja visível do Antigo Testamento, foram ordenados por Deus a comerem a Festa da Páscoa, se fisicamente capazes – um mandamento apenas abandonado temporariamente, quando Israel entrou na terra de Canaã e não mais peregrinou ao lugar que Deus escolheu para fazer habitar o seu nome – e visto que no Novo Testamento a Ceia do Senhor agora tomou o lugar da Festa da Páscoa, os bebês e crianças da igreja visível do Novo Testamento são, portanto, ordenados por Deus a tomar parte na Ceia do Senhor, se fisicamente capazes, pois não podemos adicionar ou remover os mandamentos de Deus concernentes ao culto na sua igreja.<sup>99</sup>

Estudiosos reformados têm afirmado que a Ceia do Senhor não deve ser estritamente identificada com a refeição pascal. Não se trata de argumentar que não exista paralelo algum entre a Páscoa e a Ceia, ou que a Ceia é um novo rito sem precedentes. Estelle afirma: “Embora a refeição pascal deva ser vista como o pano de fundo dentro do qual a Ceia do Senhor é interpretada, ela não é a filtro através do qual a Ceia do Senhor deva ser vista”.<sup>100</sup> Por essa razão, são necessárias algumas observações a respeito da participação na Festa da Páscoa.

Em primeiro lugar, qualquer consideração acerca do precedente veterotestamentário da Páscoa deve levar em conta a importante distinção entre a primeira Páscoa e a sua subsequente celebração no decorrer dos séculos. Deve ser levado em conta que, apesar de a primeira Páscoa, em Êxodo 12, ter sido claramente uma celebração familiar, as estipulações para as celebrações posteriores requeriam que apenas membros do sexo masculino da comunidade pactual observassem a Páscoa. Os homens deveriam subir até Jerusalém, a fim de cumprir as obrigações da Páscoa (Dt 16.2, 5-7). É importante observar que, de uma festa familiar, a Páscoa sofreu um desenvolvimento a ponto de se transformar em uma festa de peregrinação. Além disso, as páscoas subsequentes incluíram um elemento adicional, chamado “cálice da bênção”. O vinho não constava entre os elementos da Páscoa celebrada entre as famílias de Israel em Êxodo 12. A adição do vinho à celebração pascal representa um sério obstáculo à reivindicação dos pedocomunialistas. É extremamente improvável que, devido ao caráter alcoólico do vinho, infantes e crianças pequenas tenham participado plenamente da ceia pascal.

Em segundo lugar, o apelo dos pedocomunialistas a Êxodo 12.4, a fim de argumentar que as crianças participaram ativamente da Páscoa, não pode ser feito de forma conclusiva. Isso porque os elementos da refeição pascal incluíam um cordeiro assado, pão sem fermento e ervas amargas (Êx 12.8; Nm 9.11). Teriam as crianças de Israel comido de todos os elementos constitutivos da refeição pascal? Cornelis P. Venema vê nisso uma séria impossibilidade:

<sup>99</sup> KEIDEL, “Is the Lord’s Supper for Children?”, p. 306-307.

<sup>100</sup> ESTELLE, “Passover and the Lord’s Supper”, p. 33.

Embora bebês recentemente desmamados e crianças mais jovens, eventualmente, tenham sido capazes de comer o pão ázimo, não é plausível que elas poderiam ter digerido o cordeiro assado e principalmente as ervas amargas. Não é provável que todos os elementos estipulados para a refeição pascal, mesmo por ocasião da sua primeira celebração entre as famílias de Israel no Egito, tenham sido consumidos pelos bebês e pelas crianças mais novas da família.<sup>101</sup>

O estudioso Roger T. Beckwith afirma que Êxodo 12.4 não quer dizer que todos, segundo o número de bocas, devem comer, como defendem Christian Keidel e outros pedocomunialistas. De acordo com Beckwith, o significado da frase é que cada um deve comer segundo tiver capacidade, “o que, no caso de crianças que mamam, não quer dizer nada”.<sup>102</sup>

Terceiro, a celebração da Páscoa possuía como uma de suas características um tipo de exercício catequético. Êxodo 12.26 diz: “Quando vossos filhos vos perguntarem: Que rito é este?”. Em réplica a essa pergunta, o chefe da família deveria declarar: “É o sacrifício da Páscoa ao SENHOR, que passou por cima das casas dos filhos de Israel no Egito, quando feriu os egípcios e livrou as nossas casas” (v. 27). Inegavelmente, trata-se de uma catequização, uma instrução a ser dada. Os pedocomunialistas observam corretamente que a presença desse elemento catequético não significa uma proibição contra a participação das crianças. Eles observam que isso não se constituía em um pré-requisito para tomar parte na refeição. O argumento é que, apesar de apenas as crianças mais velhas serem capazes de receber essa instrução, as mais jovens não ficavam de fora da celebração. Contudo, argumentar assim é mera especulação. É mais provável que apenas aqueles que tinham condições de receber a instrução participassem da Páscoa.

Quarto, como observado por Guy Waters e Ligon Duncan, quando se observa o caráter progressivo da história redentiva certas dissimilaridades entre a Páscoa e a Ceia podem ser percebidas.<sup>103</sup> Brian Estelle afirma que

As diferenças de opinião a respeito do significado da relação entre Páscoa e Ceia do Senhor têm a ver com a função da Ceia do Senhor no período da História Redentiva. A ceia é uma refeição comensal (comer na mesma mesa). Ela simboliza cumprimento, mas também simboliza algo incipiente. Isso quer dizer que existe algo significativamente novo.<sup>104</sup>

Estelle cita Herman Ridderbos, quando este afirma:

<sup>101</sup> VENEMA, *Children at the Lord's Table?*, p. 69.

<sup>102</sup> BECKWITH, “The Age of Admission to the Lord's Supper”, p. 131.

<sup>103</sup> WATERS; DUNCAN, *Children and the Lord's Supper*, p. 17.

<sup>104</sup> ESTELLE, “Passover and the Lord's Supper”, p. 42.

A refeição que Jesus compartilha com seus discípulos assume um caráter prefigurativo. O que acontece nessa refeição será realizado no reino de Deus. Mas, reciprocamente, o que será a plenitude da alegria no reino de Deus tem seu começo e antegozo nessa ceia. A relação entre a Eucaristia e comer e beber no reino vindouro de Deus não é apenas entre símbolo e realidade, mas entre inauguração e cumprimento.<sup>105</sup>

O ponto salientado é que Páscoa e Ceia do Senhor não são ordenanças sinônimas e intercambiáveis, não obstante possuírem algumas similaridades. A Ceia possui um significado escatológico único, apontando o povo de Deus para adiante, para a consumação do reino de Deus já inaugurado na obra redentiva consumada de Cristo.

Pelas razões apontadas acima é que não é correto afirmar que os termos para a participação na festa da Páscoa do antigo pacto – quaisquer que fossem eles – sejam os mesmos para a participação do sacramento da nova aliança.

## 5. O TEXTO-CHAVE DE 1CORÍNTIOS 11.17-34

Como foi previamente observado, visto que a Ceia é um sacramento do novo pacto que não possui uma correspondência estrita na Páscoa veterotestamentária, é o ensino do Novo Testamento que deve determinar o modo como a Ceia deve ser ministrada e recebida. Por essa razão, a passagem de 1Coríntios 11.17-34 “é de importância sem paralelo para responder a questão sobre os recipientes da Ceia do Senhor”.<sup>106</sup>

O argumento pedocomunialista é que as divisões e facções existentes em Corinto levaram Paulo a tratar da questão da comunhão infantil. De acordo com eles, a verdadeira comunhão existiria quando as facções deixassem de existir e todos participassem alegremente da Mesa do Senhor, o que, em certo sentido, é correto. O problema está em afirmar que isso, por força do ofício, inclui as crianças.

Certamente deve ser reconhecido que o problema das divisões dentro da igreja coríntia estava influenciando a forma como os membros observavam o sacramento eucarístico. Deve ser reconhecido que Paulo escreve 1Coríntios 11.17-34 visando corrigir esse problema. Charles Hodge afirma que:

O mal proeminente era que existiam cismas mesmo nas reuniões mais sagradas [...]. O mal ao qual [Paulo] se refere não era meramente que eles tinham degradado a Ceia do Senhor, tornando-a uma refeição ordinária, mas que naquela refeição eles estavam divididos em partidos, sendo que alguns comiam e bebiam em excesso, enquanto outros não tinham nada.<sup>107</sup>

<sup>105</sup> RIDDERBOS, Herman. *A vinda do Reino*. São Paulo: Cultura Cristã, 2010, p. 295.

<sup>106</sup> VENEMA, *Children at the Lord's Table?*, p. 101.

<sup>107</sup> HODGE, Charles. *1 & 2 Corinthians*. Edinburgh, Escócia: Banner of Truth, 2000, p. 214.

Gordon D. Fee afirma que “alguns tinham suas próprias refeições particulares, e assim desprezavam a igreja por envergonharem aqueles que nada tinham”.<sup>108</sup>

A dificuldade com a leitura pedocomunialista dessa passagem está na atenuação, senão negligência, das palavras do apóstolo Paulo no trecho que compreende os versículos 23-26. De acordo com o entendimento dos defensores da comunhão infantil, a linguagem de “em memória” e “anunciar”, nos versos 24-26, não excluem as crianças da comunidade pactual. Para eles, não é necessária uma apreensão intelectual do sacrifício expiatório de Cristo, como é defendido pela interpretação reformada tradicional.

A leitura que eles fazem dos versículos 27-29 também é diversa. Historicamente esses versos têm sido entendidos como excluindo as crianças da participação no sacramento. Porém, os pedocomunialistas dizem que o ensinamento de Paulo aqui se opõe à exclusão dos infantes. De acordo com eles, “os coríntios estavam comendo o corpo e bebendo o sangue de Cristo ‘impropriamente’ porque eram culpados de não ‘examinar’ a si mesmos em termos de sua membresia no corpo de Cristo, a igreja”.<sup>109</sup> Sendo assim, “discernir” o corpo significa não o corpo de Cristo que foi oferecido em sacrifício pelos pecados do seu povo, mas quer dizer a igreja, que compreende todos os crentes e seus filhos.

Trata-se de uma leitura atenuada senão negligente da perícope. Nos versículos 23-26, o apóstolo Paulo está afirmando que o sacramento fala sobre a morte de Jesus para expiar os pecados do seu povo. Essa morte, Paulo enfatiza em outro lugar da carta, beneficia os crentes que estão unidos a Jesus através dela (1Co 1.30). Essa união faz com que os crentes tenham comunhão uns com os outros como membros de um mesmo corpo (1Co 12.12, 13, 27). A Ceia do Senhor é uma expressão visível e aponta não apenas para a nossa união com Cristo na sua morte e vida (1Co 10.16), mas também para a nossa correspondente ligação com outros crentes como o corpo de Cristo (1Co 10.17). “Estas duas realidades podem ser distinguidas, mas nunca separadas uma da outra”.<sup>110</sup> Deixar de apreender o significado primário da Ceia levará a igreja a falhar na compreensão acerca da unidade do corpo, que é a igreja. Por essa razão, o apóstolo Paulo discorre sobre as divisões e facções existentes na igreja de Corinto. E, visando sanar essas divisões, Paulo necessita expor o significado primário e mais básico da Ceia, que é a comunhão do crente com o Cristo crucificado e o recebimento dos benefícios da sua morte (1Co 11.23-26).

<sup>108</sup> FEE, Gordon D. *The New International Commentary on the New Testament: The First Epistle to the Corinthians*. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1987, p. 535-536.

<sup>109</sup> VENEMA, *Children at the Lord's Table?*, p. 106.

<sup>110</sup> WATERS; DUNCAN, *Children and the Lord's Supper*, p. 20.

É por essa perspectiva que as exortações de Paulo nos versículos 27-29 devem ser observadas. As afirmações do apóstolo nos versículos 23-26 são determinantes para a compreensão da sua exortação nos versos 27-29. Se a Ceia do Senhor é um “memorial”, então, certamente esse caráter memorial do sacramento define o que significa para o comunicante estar qualificado para se aproximar da Mesa. “Discernir o corpo”, “examinar-se a si mesmo” e “comer e beber de uma maneira digna”, no contexto, referem-se a uma participação na Ceia do Senhor que reconhece e sustenta a maneira como a Ceia foi instituída por Cristo. Por isso, Waters e Duncan questionam de forma interessante:

Se a Ceia do Senhor é uma ocasião para a comunhão do crente com Cristo, de que maneira o crente poderia comungar com Cristo à parte de um entendimento consciente e uma fé animada em relação ao que a Ceia representa, que é a morte de Cristo por pecadores?<sup>111</sup>

Isso ajuda no entendimento do porquê é necessário que, antes de se aproximar da Mesa, o indivíduo deva ser submetido a um período de autoexame acerca de seus pecados, seu conhecimento, sua fé e de outras graças cristãs.

Apesar de a ocasião ser a das divisões e facções em Corinto, os princípios da exortação paulina não são determinados por essas divisões e facções. Isso quer dizer que 1Coríntios 11.23-29 não gira em torno apenas da unidade da igreja, mas, principalmente, do significado do sacrifício expiatório de Jesus Cristo. Por essa razão, Paulo estabelece critérios claros para a participação na Ceia do Senhor. Definitivamente, a Ceia não é para todos os membros da igreja que estão presentes. É para os membros que atendam às qualificações intelectuais e espirituais estabelecidas pelo apóstolo. Assim, 1Coríntios 11.23-29 é determinante para a definição acerca dos comunicantes aptos para se aproximarem da Mesa.<sup>112</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo abordou a controversa questão da pedocomunhão, ou seja, a questão da participação das crianças no sacramento da Ceia do Senhor. Trata-se de um tema que tem recebido grande ênfase por parte de alguns adeptos da Visão Federal e que, ao longo da história da igreja, foi discutido com frequência. O arrazoado feito até aqui se concentrou na análise dos principais argumentos utilizados por aqueles que defendem a inclusão das crianças do pacto na celebração da Eucaristia. Entende-se que os argumentos apresentados

<sup>111</sup> Ibid.

<sup>112</sup> Para um exame mais detalhado de 1Coríntios 11.17-34, ver: KNIGHT III, George W. “1 Corinthians 11:17-34: The Lord’s Supper: Abuses, Words of Institution and Warnings and the Inferences and Deductions with respect to Paedocommunion”. In: WATERS; DUNCAN, *Children and the Lord’s Supper*, p. 75-95.

não são definitivos e conclusivos para que os filhos do pacto sejam admitidos à Mesa do Senhor. Entende-se também que o Novo Testamento evidencia uma decisiva descontinuidade entre a Ceia do Senhor e a Páscoa veterotestamentária, não obstante o entendimento comum de que a Ceia é a páscoa da igreja cristã. Ademais, o modo como a Páscoa era ministrada no antigo pacto não determina o modo como a Ceia deve ser ministrada sob a nova aliança.

Além disso, as evidências históricas apresentadas pelos pedocomunialistas também não são conclusivas no sentido de colocar a história a seu favor. Muito menos em determinar a prática da igreja dos dias de hoje. É ponto pacífico entre os pedocomunialistas e seus oponentes que a Escritura apenas é o fator determinante para a práxis da comunidade pactual. Por essa razão, apoiado em 1 Coríntios 11.23-29, o presente artigo afirma a necessidade do preenchimento do requisito intelectual para a admissão de alguém à Mesa do Senhor. Ademais, afirma-se que as crianças filhas do pacto não estão excluídas das promessas do pacto da graça. Elas são participantes de todos os benefícios e de todas as bênçãos do pacto, como afirma Michael Horton:

A Palavra, o batismo e a Ceia não contêm diferentes realidades, mas são uma maneira tripla como Deus entrega Cristo e todos os seus benefícios a nós por seu Espírito. A fé vem por meio de ouvir o evangelho; o batismo é o sinal e selo da nossa inclusão no pacto da graça com todas as suas bênçãos, e a Ceia fortalece e confirma a fé que temos professado.<sup>113</sup>

Para o autor da presente pesquisa, isso é determinante.

## ABSTRACT

There are many doubts regarding the place the children of believers should have in the church of Christ. Are they members of the church? If so, should they be admitted to the church's sacraments? For what reason, in most churches of paedobaptist theology and practice, the children of believing parents are not admitted to the sacrament of the Lord's Supper? The author of the present article proposes to examine the issue of paedocommunion in the history of the church, the Reformed tradition, and the Holy Scriptures, in order to argue against the participation of children in the sacrament of communion. He begins with a brief presentation of a theological current characteristic of North American Presbyterianism, the Federal Vision, which has already begun to make its effects felt in Brazil.

## KEYWORDS

Paedocommunion; Paedobaptism; Federal Vision; Covenant; Passover; Lord's Supper; Baptism; Church History.

<sup>113</sup> HORTON, Michael. *The Christian Faith: A Systematic Theology for Pilgrims on the Way*. Grand Rapids, MI: Zondervan, 2011. p. 818.